

BOLETIM 478

Brasília, 6 de dezembro de 2017

Votação da reforma da Previdência deve ficar para a próxima semana

Segundo o líder dos tucanos na Câmara, Ricardo Trípoli, não existe mais chances da reforma da previdência ser colocada em pauta no plenário nesta quarta-feira e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, deve deixar o tema para o dia 13 de dezembro.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Baleia Rossi, afirmou na tarde desta terça-feira, que a bancada vai pedir à executiva nacional do partido que feche questão a favor da reforma, para servir de exemplo.

Quando um partido fecha questão, os parlamentares podem ser punidos se votarem de forma diferente daquilo do que foi determinado pela legenda. O Democratas, partido de Rodrigo Maia, também tem deputados contrários à reforma, como comenta o presidente da Câmara.

Alguns partidos da base já avisaram que não vão conseguir fechar questão, como o PR e o Solidariedade, do deputado Paulinho da Força.

A bancada do PSDB, que se reuniu na noite desta terça-feira (5) o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, é outra que não pensa em fechar questão, como comentou Alckmin.

Rodrigo Maia, ainda tem esperança que a reforma seja votada neste ano, mas concorda com o Eunício Oliveira, presidente do Senado, que



afirma que os senadores só conseguirão votar o texto em fevereiro.

A sociedade civil organizada continua se mobilizando contra a reforma.

Nesta terça-feira, um grupo de representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores começou uma greve de fome e promete permanecer em um dos corredores da Câmara até que sejam retirados.

Os camponeses não acreditam que as mudanças na aposentadoria rural serão retiradas do texto da reforma, como o governo tem anunciado.

Fonte: Portal EBC

Centrais sindicais protestam contra reforma da Previdência em SP

Centrais sindicais e movimentos sociais iniciaram, no fim da tarde desta terça-feira (5), ato em protesto contra a reforma da Previdência. Os manifestantes ocuparam parte do vão-livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, e três de suas seis faixas de tráfego. Em



seguida, saíram em passeata em direção ao centro da cidade.

Mais cedo, a central Força Sindical fez uma manifestação em frente à Superintendência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Viaduto Santa Efigênia, no centro da cidade.

O governo federal argumenta que a reforma é necessária para equilibrar as contas e garantir o pagamento das aposentadorias nos próximos anos.

JUROS – As Centrais Sindicais realizam hoje (6), às 10 horas, mais um ato contra os juros altos. O protesto ocorre em frente à Superintendência Regional do Banco Central em São Paulo, na avenida Paulista, 1.804.

A manifestação acontece na mesma data em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central divulga, em Brasília, a nova taxa básica de juros (Selic). A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

As Centrais Sindicais realizam hoje (6), às 10 horas, mais um ato contra os juros altos. O protesto ocorre em frente à Superintendência Regional do Banco Central em São Paulo, na avenida Paulista, 1.804.

A manifestação acontece na mesma data em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central divulga, em Brasília, a nova taxa

básica de juros (Selic). A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

Fonte: Portal EBC/Agência Sindical

Sindicalistas pedem adiamento da reforma, e centrais voltam a se reunir

Representantes de quatro centrais sindicais pediram nesta terça-feira (5) ao presidente Michel Temer que adie a tramitação da "reforma" da Previdência Social, argumentando que é preciso debater o tema com mais profundidade e sem "açodamento". Essa reivindicação já havia sido feita, com a presença de mais centrais, ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A terça foi marcada por protestos em todo o país contra a proposta do governo.

A reunião ocorreu no Palácio do Planalto, com a presença de dirigentes da Força Sindical, UGT, CSB e Nova Central. Pelo governo, participaram os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Na próxima sexta-feira (8), representantes de todas as centrais deverão se reunir na sede da CUT, em São Paulo, para avaliar o resultado das manifestações que ocorrem hoje e decidir os próximos passos.

Fonte: Rede Brasil Atual



Eunício diz que não há tempo para analisar PEC da Previdência em 2017

Às vésperas do recesso parlamentar, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que caso a reforma da Previdência seja aprovada nas próximas semanas pela Câmara dos Deputados, não haveria tempo hábil para análise e votação dos senadores ainda este ano. A proposta de emenda à Constituição que trata do tema enfrenta dificuldades para ser pautada no plenário da Câmara, onde precisa do apoio de pelo menos 308 votos, em dois turnos, para que passe a tramitar no Senado.

“Esse ano não tem mais como votar aqui, porque isso é matéria que tem que ser votada em dois turnos, tem que passar em comissões, tem que haver debate. O sistema é bicameral. Há quanto tempo está na Câmara esse tema?”, questionou Eunício Oliveira, argumentando ser necessário um tempo mínimo para que os senadores discutam a matéria. O recesso parlamentar tem início, oficialmente, no dia 23 de dezembro.

Nesta terça-feira, após um fim de semana de intensas articulações do governo com parlamentares e líderes de partidos da base aliada, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, avaliou que “cresceu muito” a probabilidade de aprovar a reforma ainda em 2017 na Câmara.

O projeto que altera as regras para acesso à aposentadoria aguarda análise dos deputados desde maio, mas as discussões foram interrompidas em meio às duas denúncias contra

o presidente Michel Temer que foram analisadas pela Câmara. “Não posso pautar uma matéria aqui ou eu discutir quando ela vai ser ou não votada se a matéria ainda está na Câmara, não sei nem se a Câmara vai votar ou não. Uma matéria que não existe aqui, não chegou ao Senado”, disse Eunício Oliveira.

A opinião de o Senado se debruçar sobre o tema apenas em 2018 é a mesma do líder do PSDB na Casa, senador Paulo Bauer (SC). Defensor das mudanças, o parlamentar diz que a reforma é necessária para trazer diminuir o déficit público e dar estabilidade ao sistema, mas avaliou ser “praticamente impossível” votar uma “matéria tão importante” em apenas uma semana.

“Fica muito pouco tempo disponível para analisar e votar a matéria aqui. Eu sou a favor que o rito que se vá seguir no Senado, se a Câmara aprovar, seja o mesmo que se utilizou na votação da reforma trabalhista, por exemplo. Ou seja, obedecendo o que estabelece Regimento, ouvindo todas as comissões, permitindo o amplo debate, para que tenhamos uma votação absolutamente consciente, transparente, para que isso acabe beneficiando acima de tudo a economia e a sociedade brasileira”, avaliou.

Fonte: Agência Brasil

Comissão aprova cancelar CNPJ de empresa com trabalho escravo

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou na quarta-feira (29) o Projeto de Lei 7946/17, do deputado Roberto de



Lucena (PV-SP), que cancela a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresa culpada, administrativa ou judicialmente, por uso de trabalho escravo ou análogo ao escravo.

“Empresas que são fachadas para a prática de crimes nenhuma falta fazem ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico e social do País”, disse o relator na comissão, deputado Assis Melo (PCdoB-RS).

Empresas que adquirirem, com conhecimento do fato, produtos oriundos da exploração de trabalho escravo também terão a mesma pena, segundo a proposta. “Entendemos como fundamental a extensão da pena aos que, por ação ou omissão, atuam como verdadeiros receptadores de produtos e serviços de origem criminosa”, afirmou Assis Melo.

Dirigentes - Além disso, os dirigentes dessas empresas ficam impedidos de atuar no mesmo ramo de atividade por dez anos. Para Assis Melo, o prazo é “suficiente e razoável”.

O texto inclui a punição na lei 4.503/64, que instituiu o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Assis Melo apresentou uma complementação de voto para deixar clara no texto a aplicação da sanção e da pena somente após o trânsito em julgado em última instância.

Punição atual - Atualmente, há três formas principais de punição a quem usa trabalho escravo no Brasil: - multas administrativas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; ações civis e propostas pelo Ministério Público do Trabalho junto ao Judiciário; e- ações criminais, sobretudo interpostas pelo Ministério Público Federal junto à Justiça Federal.

Nos últimos 15 anos, os auditores fiscais do trabalho resgataram mais de 15 mil trabalhadores em situação de trabalhos forçados, segundo Assis Melo.

Tramitação - A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANTOS (DF)